RESOL-GP - 252018 (relativo ao Processo 480492017) Código de validação: 53D4DD59CA

Altera a Resolução GP nº 152016, de 2 maio de 2016, que regulamenta o Programa de Estágio no Poder Judiciário do Estado do Maranhão, para estudantes de instituições de ensino superior, públicas e privadas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, ad referendum, do Tribunal Pleno:

- Art. 1º O artigo 17 da Resolução GP nº 152016, de 2 maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 17 O candidato selecionado firmará Termo de Compromisso de Estágio com o Tribunal de Justiça, após análise da seguinte documentação:
 - I certidão de quitação eleitoral;
 - II certificado de reservista ou equivalente, para os candidatos do sexo masculino;
 - III certidão negativa criminal das justiças estadual, federal e eleitoral;
 - IV comprovante de titularidade de conta-corrente em estabelecimento bancário;
 - V atestado de sanidade física e mental;
 - VI declaração da instituição de ensino superior de matrícula do candidato, no 6º (sexto) ao 9º (nono) período, para os cursos de 10 (dez) períodos; e no 4º (quarto) ao 7º (sétimo) período, para os cursos de oito períodos;
 - VII uma fotografia recente, tamanho 3x4;
 - VIII comprovante de endereço;
 - IX fotocópias da Carteira de Identidade e do CPF; e
 - X histórico escolar.'
- Art. 2º Fica revogado o artigo 15 da Resolução GP nº 152016, de 2 maio de 2016.
- Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA", DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 20 de abril de 2018.

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS Presidente do Tribunal de Justiça Matrícula 16519

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 24/04/2018 09:33 (JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS)

Informações de Publicação

76/2018 02/05/2018 às 10:48 03/05/2018